

# Constituinte inicia trabalhos

JORNAL DE BRASÍLIA

14 MAI 1985

O decreto que cria a Comissão da Constituinte, destinada a elaborar o esboço a ser levado a discussão durante a Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, será entregue hoje ao presidente José Sarney pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, durante a reunião do conselho político do governo. A criação da comissão será discutida ainda hoje durante o encontro com as lideranças no Congresso que compõem o conselho político, e a expectativa é de que ainda esta semana o presidente Sarney determine o início dos trabalhos da comissão, que deverá ser constituída por 50 nomes, no máximo.

Apenas as linhas gerais de funcionamento da Comissão são estabelecidas no decreto, cuja minuta recebeu os retoques finais do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que a entregou ontem à noite a Fernando Lyra. Inicialmente, foram sugeridos 33 nomes para sua composição, ainda pelo presidente Tancredo Neves, mas a lista deverá ser ampliada pelo presidente José Sarney, não estando ainda confirmada a manutenção de todos os nomes anteriores. Essa lista vem sendo mantida em sigilo, mas sabe-se que alguns dos componentes da Comissão devem ser os juristas Miguel Reale, Seabra Fagundes, Paulo Brossard, Paulo Bonavides e Antônio Neder.

Fonte do governo informou ainda que o economista Celso Furtado e o presidente do DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos), Walter Barelly, foram cogitados para compor o conselho, além de Josepha Marinho. O presidente do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, pediu ao ministro Fernando Lyra a inclusão do nome da vereadora Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, e entidades de classe também já apresentaram reivindicações.

A idéia é de que os trabalhos da comissão sejam concluídos até 15 de novembro, com a apresentação do esboço a ser levado à discussão pela Constituinte. Embora não seja atribuição da Comissão, nada impede, segundo fontes governamentais, que ela seja consultada sobre a forma como será convocada a Constituinte, devido às discussões não conclusivas que vêm sendo travadas a respeito.

## Governo quer debater pacto

Paralelamente ao trabalho da Comissão da Constituinte, que será criada por decreto presidencial, o governo pretende dar início, através de suas lideranças no Congresso, a um amplo debate destinado a montar a estrutura do pacto político que garanta a transição para a democracia plena. A afirmação é do senador Carlos Chiarelli, líder do Partido da Frente Liberal no Senado, ressaltando que o objetivo é fazer com que se sentem à mesa de negociação todos os que estejam dispostos a se comprometer com o regime democrático.

— Enquanto a comissão de Constituinte, formada por juristas e expoentes da sociedade — explicou Chiarelli — prepara o texto para ser discutido em 1986, estes segmentos representativos da sociedade se comprometeriam com a solidificação da democracia, de modo a traçar as linhas mestras para debate do pacto social.

O líder do PFL observou que essa estratégia já havia sido traçada pelo presidente José Sarney, que estabeleceu um cronograma de ação para seu projeto político a ser acionado após vencida a fase de aprovação do "emendão" de reformas pelo Congresso, com o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República e para prefeitos nas capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, explicou por sua vez que se pretende efetivamente iniciar um diálogo entre as lideranças do governo e os demais partidos políticos, que posteriormente poderá ser estendido a setores representativos da sociedade.

ANC 88  
Pasta Fev/Dez 85  
012